programa final



Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

IBGE 60 anos 1936-1996

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

A AGRICULTURA METROPOLITANA

Ana Maria de Souza Mello Bicalho*

APRESENTAÇÃO

Junto à temática sobre a organização do espaço agrário brasileiro devemos repensar sobre o destino das atividades agrícolas próximas aos grande centros urbanos, as metrópoles, para as quais aguardou-se, por muitos anos, a sua eliminação, em vista da forte pressão da cidade na conversão de usos do solo agrícolas em usos urbanos.

Nesta perspectiva da competição pelo uso do solo foi dada ênfase à valorização da terra por parte dos citadinos, valorização esta que estendia-se para além da periferia imediata da cidade, esterilizando extensas áreas de produção próximas ao centro metropolitano. Concomitantemente, via-se com a melhoria das vias de circulação, transporte e armazenagem a possibilidade de localização de produtos perecíveis e típicos de consumo urbano para áreas mais distantes. Com a expansão da urbanização por áreas maiores seria natural esperar que o processo se ampliasse, ficando a agricultura cada vez mais afastada do mercado consumidor.

Hoje, observa-se que a metropolização do espaço é muito mais complexa do que um mero avanço urbano sobre o campo, dando origem a espaços interativos do urbano com o rural nos quais mantêm-se atividades agrícolas dinâmicas. Esta é uma realidade marcante nos países pós-industriais e com exemplos nas regiões metropolitanas do Brasil.

---

* Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisa apoiada pelo FINEP, CNPq, FUJB e UFRJ.

O CONTEXTO RURAL-URBANO E A AGRICULTURA METROPOLITANA

As tranformações sócio-espaciais do espaço agrário próximo às metrópoles vêm configurando um mosaico de diferentes usos do solo no qual há uma convivência, complementar, conflitante ou meramente justaposta, de diferentes atividades e serviços voltados a interesses e necessidades tanto urbanos quanto rurais. A produção agrícola, à exceção daquela localizada na área de contato direto com a expansão urbana, onde há grande instabilidade das atividades decorrente do conflito de interesses, é estimulada e intensificada em área adjacente, distante em cerca de 80 a 100 kilômetros do centro metropolitano (Bryant e Johnston 1992). Responde a uma multiplicidade de ações presentes na área que se expressam na forte demanda da cidade para produtos hortifrutigranjeiros e produtos exóticos no hábito alimentar urbano, à valorização das terras, ao investimento em atividades de natureza especulativa e à expansão de atividades não-agrícolas em ambiente rural como o turismo, veraneio e lazer. Há atividades essencialmente rurais e atividades multifuncionais (Bryant *et alli.* 1982, Bryant e Johnston 1992, Ibery 1993, Lawrence 1988, Robinson 1990).

As atividades agrícolas desenvolvem-se, portanto, num contexto rural-urbano fortemente inter-relacionado e inter-ativo, o que lhes traz especificidades quando contrastadas com atividades de áreas essencialmente rurais e para as quais foram estabelecidos os critérios de coleta e de divulgação de informações.

Dentre as especificidades, tem destaque a produção intensiva de hortifrutigranjeiros, com o predomínio da horticultura, para o abastecimento direto do mercado urbano em produtos *in natura* de alto valor unitário e acompanhando as exigências de qualidade do consumidor de alta renda. Apesar de todo o avanço tecnológico no sistema de transporte e armazenagem, estas culturas não apenas continuam sendo

praticadas próximas as grandes cidades, como são estimuladas e apresentam crescimento de produção (Bryant e Johnston 1992). A horticultura se torna a exploração mais importante devido a sua natureza que possibilita altos níveis de produtividade por área cultivada, melhor enfrentando o processo de valorização das terras (Lawrence 1988).

No cômputo geral, é possível observar redução de área agrícola total, porém a intensificação das atividades compensa a redução da área cultivada com expressivos aumentos de produção (Ilbery 1993, Robinson 1990). Não é apenas pela predominância e intensidade da produção, mas, também, pela função diretamente relacionada ao abastecimento do mercado metropolitano, que se reconhece a horticultura como a agricultura metropolitana primaz, seguida, mas com certa distância, da fruticultura. Demais atividades são menos intensas e nem sempre são exclusivas à metropóle próxima, tendo uma função mais regional.

Ao lado da produção de alimentos finos e tradicionais, verduras, hortaliças, frutas e aves, surgem na mesma área novas explorações de alimentos exóticos, produções de cogumelo, "escargot", rã, leite de cabra, peixe, etc. e explorações especulativas como a criação de cavalos. A equinocultura tem se destacado próximo a várias metrópoles, atendendo a um exclusivo mercado com o fornecimento de animais de raça pura para o turfe, pólo e hipismo (Bryant e Johnston 1992, Ilbery 1993, Robinson 1990).

As produções tradicionais são geralmente exploradas por indivíduos locais de base rural, enquanto as novas em sua grande maioria decorrem de investidores de base ou originários do urbano.

A horticultura é explorada por pequenos produtores capitalizados, autônomos da agro-indústria e que se apoiam no trabalho familiar, respondendo a condições fundiárias de forte subdivisão da terra em pequenas parcelas altamente valorizadas (Bryant e Johnston 1992,

Lawrence 1988, Robinson 1990). Este quadro fundiário resulta da consolidação do povoamento por um tempo longo, associado a expressivo adensamento populacional e solidez da urbanização. Não há espaço físico disponível a explorações agrícolas de natureza extensiva como as monoculturas cerealíferas ou criatório em amplas pastagens abertas.

Entretanto, quando da ocorrência de explorações deste tipo, ocupando áreas maiores e envolvendo propriedades de grande porte, explica-se pela resistência de atividades estabelecidas em períodos passados, anterior ao processo de formação do espaço rural-urbano. Neste caso, as atividades participam de uma economia regional capaz de compensar os custos da terra e confrontar a expansão urbana. Em todos os casos, o ponto crucial é o da competitividade na disputa pelo uso do solo. Assim sendo, as atividades para se manterem localmente têm que ser altamente rentáveis.

Porém, encontram-se ao lado de propriedades dinâmicas, propriedades de "hobby" com uso extensivo do solo. Estas propriedades, contudo, não se enquadram no conjunto das propriedades produtivas, pois sua função é o lazer e não a produção agrícola. Quando ocorre alguma produção, ela não visa o mercado, faz parte da recreação e seu proprietário não depende da renda agrícola para viver (Munton *et alli.* 1988, Robinson 1990).

A exploração da horticultura por pequenos produtores familiares é permissível neste ambiente competitivo, inicialmente, pela própria atividade, que gera grande volume de produção acumulada no decorrer do ano, e, segundo, pelas estratégias flexíveis de produção, permitindo a capitalização do produtor e investimento em tecnologias de para suas atividades (Bicalho 1992). As estratégias flexíveis permitem combinar capital e trabalho adequados a diferentes momentos econômicos como, também, a pronta receptividade a novas tecnologias. Associa-se a produção diversificada com múltiplas safras, de fluxo contínuo de renda

no ano, contornando problemas de sazonalidade climática e flutuação dos preços, diminuindo, assim, riscos naturais e de mercado. A diversificação tem sido vista, ainda, como elemento facilitador a contínua adaptação do produtor às novas oportunidades econômicas (Ilbery 1993).

A produção tem vantagens locacionais, reforçando a sua competitividade, em vista da estrutura comercial da qual participa. A agricultura metropolitana ou conta com vendas diretas a consumidores e atacadistas urbanos ou envolve pequeno número de intermediários na cadeia da comercialização, face sua localização privilegiada próxima ao forte mercado consumidor dos centros metropolitanos de importância quantitativa e qualitativa. Há menor custo nas transações comerciais para a colocação de produtos de qualidade e relativamente caros no mercado, possibilitando melhores preços a nível do produtor (Bryant e Johnston 1992).

Pela disseminação do fato urbano e o convívio com atividades não-agrícolas, a produção tem, ainda, um mercado local com as mesmas características em seus hábitos alimentares e renda dos consumidores do centro metropolitano. Apesar de secundário, este mercado local acrescenta novas perspectivas à produção, à medida que crescem os núcleos urbanos locais ao lado do turismo e áreas residenciais que espraiam-se pelo campo (Robinson 1990).

Finalmente, aponta-se para a interação multifuncional do produtor e sua família com atividades agrícolas e não-agrícolas, internas e externas à produção rural, decorrente da natureza do ambiente simultaneamente rural e urbano que oferece oportunidades em setores econômicos diferenciados.

O processo de descentralização urbano-industrial orienta a localização de fábricas, escritórios e áreas residenciais para o campo,

fazendo com que ao mesmo tempo surjem novos serviços para atender a população não-agrícola que ai se estabelece. Paralelo, crescem demandas relacionadas ao lazer por parte desta população e da população do centro metropolitano, para as quais criam-se novas atividades, integradas e combinadas à agricultura, desde o simples aluguel de um cavalo, a áreas de recreação por curto tempo ou até o estabelecimento de pousadas, hoteis fazenda, e outros imóveis destinados ao turismo e ao veraneio (Fielding 1993, Fuguitt *et alli.* 1989, Napton 1989, Shaw e Williams 1993).

Todas estas mudanças relacionadas ao crescimento de diferentes setores econômicos implicam na ampliação das oportunidades de investimento e trabalho locais, e no envolvimento do produtor ou membros de sua família em atividades diversas, fora da produção agrícola especificamente, às quais dedicam-se em tempo parcial, integral ou sazonal. Isto não significa que o produtor agrícola metropolitano seja um semi-proletário, minifundiário, que tem a necessidade de complementar sua renda com trabalho fora da propriedade, em vista dos baixos ganhos com a produção agrícola, como é muitas vezes tratada a combinação de atividades na agricultura. Ao contrário, ele deve ser visto como um empresário capaz de perceber e aproveitar oportunidades, diversificando e estendendo seus empreendimentos em novos negócios altamente lucrativos (Guither e Halcrow 1988, Goodman e Redclift 1985, Robinson 1990).

AGRICULTURA METROPOLITANA NO BRASIL E AS INFORMAÇÕES ESTATISTICAS

O Brasil, país recém-industrializado e de grande extensão territorial, apresenta diversidade no grau de interação rural-urbana. Mais comuns são os espaços essencialmente rurais ou essencialmente urbanos, com bruscas passagens de uma paisagem para outra. Entretanto, próximo às metrópoles nacionais e regionais (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e

São Paulo) é possível observarem-se transformações espaciais da atuação de novos agentes econômicos e sociais, gerando padrões de organização espacial semelhantes aos dos países pós-industriais e que tendem à coesão espacial rural-urbana. Nestes espaços é possível identificar a forte presença da agricultura típica metropolitana, haja visto que cerca de 54% de toda a produção nacional de horticultura localiza-se próxima às metrópoles, distantes do centro metropolitano em média de 80 a 100 kilômetros e no máximo em até 150 kilômetros. Neste cálculo, são computadas as micro-regiões homogêneas com um mínimo de 1000 hectares explorados com horticultura e sem contar a área dedicada a outras atividades como a fruticultura e avicultura ou dos novos produtos exóticos aí presentes.

O estudo da agricultura metropolitana no país, no entanto, é bastante difícil e até mesmo desacreditado. Não participa dos interesses maiores das políticas nacionais e carrega o estigma do seu desaparecimento pela urbanização, o que reflete na precariedade das estatísticas para o tratamento do tema.

Sem falarmos da desatualização das informações censitárias, principal fonte de dados agropecuários no país, o maior problema com o acervo estatístico é que dados básicos à análise da agricultura metropolitana além de serem incompletos somente são divulgados, e quando o são, de forma agregada pelas diferentes unidades da federação. Torna-se difícil identificar o comportamento diferenciado da agricultura a níveis sub-regionais de cada estado e, assim, tratar especificamente as regiões de produção metropolitana.

Há importantes informações censitárias a nível estadual, que não são conhecidas em outra escala, como as que relacionam dados de produção com a estrutura fundiária, a condição do produtor, a primeira etapa da comercialização e até certas tecnologias utilizadas. Mesmo

assim, o que existe é restrito a um pequeno número de produtos, geralmente aqueles destinados à exportação e à agroindústria. No caso da agricultura metropolitana, este tipo de informação refere-se apenas a algumas frutas, os cítricos e a banana, e são bastante irregulares e incompletos para a horticultura. Agrava-se o fato que estas informações, mesmo a nível estadual, não são divulgadas para todos os estados da federação.

Infelizmente, não havendo informações como estas a nível de micro-região homogênea e a nivel municipal, qualquer análise da agricultura metropolitana, fica bastante prejudicada, requerendo grandes esforços e recursos para se proceder a levantamentos de campo, o que também limita a análise do tema no panorama nacional.

Além destas, há outras dificuldades com referência às informações existentes a nível de micro-região homogênea e de município, carecendo-se, inclusive, de informações das mais básicas a assuntos e procedimentos comuns à maioria dos estudos agrários. Um exemplo, pertinente, a uma simples avaliação do desempenho econômico de atividades, é a inconsistência dos dados sobre área cultivada, produção e valor da produção. Estes dados, de uso corriqueiro, não são encontrados de maneira uniforme para os produtos metropolitanos, havendo variação na sua apresentação pelos diferentes anos. Ora se tem dados sobre a produção, mas sem a área cultivada; ora se tem apenas o valor da produção, não se conhecendo a área; e assim por diante. Os dados de diferentes cultivos também apresentam-se em padrões heterogêneos, ora discriminados um a um e ora agregados por grupos de culturas, por exemplo o conjunto da horticultura.

Estas diferenças na apresentação das informações geram grandes dificuldades na análise tanto das características quanto da evolução da agricultura metropolitana, dificultando até mesmo os procedimentos à sua identificação e localização. Isto sem falarmos na

impossibilidade de se realizar comparações com outras produções agrícolas, ou a conferência de níveis de produtividade e rentabilidade. Uma tentativa para se lidar com esta situação é compor informações utilizando-se mais de uma fonte estatística. Entretanto, pode haver incompatibilidade de dados, pelas diferenças nos processos de coleta e organização dos dados específicos a cada fonte.

Um exemplo das dificuldades pode ser apontado no exercício de identificar e delimitar a área de ocorrência da agricultura metropolitana, utilizando-se valor de produção e área cultivada. Focalizando os dois últimos censos agropecuários, fica-se sabendo que estas duas informações são encontradas para o ano de 1980 e que o de 1985 só apresenta área cultivada. Sem dúvida área é importante, mas considerando que a horticultura desenvolve-se em extensões de terra muito pequenas, e sendo altamente rentável, o valor da produção é o adequado para estabelecermos o grau de importância das atividades.

Os altos níveis de produtividade e rentabilidade necessários à agricultura metropolitana em função da alta valorização das terras resultam de contínuas mudanças tecnológicas, fazendo com que os produtores estejam sempre atentos a absorver as mais novas inovações de seu tempo.

As informações tecnológicas disponíveis não são apresentadas relacionadas às diferentes produções como ocorre a nível do estado para determinados produtos e no qual a horticultura é excluida, como também a maioria das frutas. E possível, entretanto, conhecendo a produção municipal, proceder a algumas correlações com diferentes insumos tecnológicos divulgados a este nível. Contudo, qualquer inferição sobre o assunto estará tratando apenas com tecnologias intensivas em capital como a mecanização, irrigação e uso de agroquímicos, que historicamente, permitiu a formação da agricultura metropolitana. As informações

permitem identificar graus de modernização da agricultura, entretanto, omitem qualquer tecnologia fora do padrão moderno que vem se consolidando na agricultura contemporânea mundial e que já tem algumas raízes na agricultura metropolitana do país.

Tem atraido os produtores metropolitanos, novos insumos e novas práticas que substituem, principalmente o uso de agroquímicos sintéticos originários do petróleo, e não se tem o menor indício sobre isto nas estatísticas oficiais do país. Assim, inovações tecnológicas só podem ser conhecidas, localmente, em levantamentos de campo e apesar de estarem em estágio inicial de adoção, sua incidência parece ser muito maior do que se pensa e com tendência ascendente.

O município de Nova Friburgo, um dos principais produtores da agricultura metropolitana no Estado do Rio de Janeiro e do país, é um exemplo deste fato. Tem uma presença significativa de produtores de horticultura combinando novos insumos com insumos típicos da agricultura moderna, exclusiva em insumos de capital. O interesse do produtor pelas novas tecnologias assenta-se, principalmente, no seu menor preço e consequente diminuição dos custos de produção e elevação da rentabilidade. E o caso das armadilhas luminosas, corredores de fuga e soluções químicas mais naturais, fora dos processos de síntese, no combate das mais diversas pragas; e do aumento no uso de adubos orgânicos e ênfase nos processos de rotação de culturas para a manutenção da fertilidade dos solos.

Conhecer a estrutura e os canais da comercialização, procurando identificar o mercado consumidor urbano como ponto final da cadeia da comercialização, é fundamental à agricultura metropolitana. Esta averiguação, contudo, não pode ser realizada.

As informações disponíveis permitem apenas, e a nível estadual, diferenciar o primeiro agente da comercialização, cooperativa, indústria, intermediário ou a venda direta ao consumidor.

Impossível, contudo, montar o quadro da estrutura comercial que envolve diferentes etapas e relações dos agentes da intermediação entre o produtor e o consumidor. Não se sabe nem mesmo o destino final da produção.

Sem estas informações, uma vez que produtos podem ter fins comerciais diferenciados, não se pode chegar a um conhecimento preliminar e básico de identificar mercados, separando a parcela da produção, destinada à agro-indústria ou ao consumidor urbano. Também não se pode verificar a dimininuição da intermediação, permitindo acesso mais direto do produtor ao consumidor.

Exemplicando e comparando informações, podemos saber pelo censo agropecuário de 1985 que a comercialização da produção de horticultura do Rio de Janeiro realiza-se em 69% dos casos via intermediário e que 30% dos produtores vendem diretamente ao consumidor. Não sabemos, contudo, quantos intermediários estão envolvidos e se são estes atacadistas ou varejistas.

De novo, com exemplo de Nova Friburgo, ilustramos que neste município a comercialização dos produtos da horticultura, envolve um máximo de três a quatro intermediários para 43% dos produtores, mas é, também, comum a comercialização se realizar apenas com dois intermediários, caso de 39% dos produtores, havendo ainda 20% deles com acesso direto a supermercados e feiras livres.

A dimininuição da intermediação, que beneficia o produtor, não deve ser vista pela procura de sua eliminação, ao ponto dos produtores dedicarem-se ao comércio de seus produtos, tendo acesso direto aos consumidores. Nem todos têm interesse e condições de se tornarem comerciantes, e a grande intensidade e volume da produção requer a presença de comerciantes especialistas.

Um dos maiores problemas com todas as fontes estatísticas, decorre do fato das mesmas serem organizadas, assumindo a separação, mutualmente exclusiva entre o setor urbano e o rural. Desta forma não há informações para se tratar o caráter multifuncional do novo espaço rural-urbano, no qual desenvolve-se a agricultura metropolitana. Não é possível detectar combinações de atividades agrícolas e não-agrícolas e de novos setores que surgem, mesmo que sejam na própria dimensão agrária deste espaço, como um simples eco- ou agro-turismo para o lazer de "um dia ou uma aventura no campo", ou interações entre diferentes produtores e produções.

Considerando atividades externas à agricultura, também, não é possível de se conhecer as interações dos produtores em funções dos serviços e da indústria, e a associação destes à produção rural.

A RELEVANCIA DE NOVAS ESTATISTICAS

As informações estatísticas disponíveis refletem outro momento histórico no contexto mundial, mas que ainda pode ser sustentada no país pela presença de extensas regiões tipicamente rurais e que se confrontam com o urbano, com nítidas fronteiras.

Sabemos que são crescentes as interrelações espaciais e setoriais, entretanto, devemos admitir que ainda estão em formação os espaços resultantes da fusão rural-urbana, o que ocorre de forma localizada junto às regiões com forte concentração demográfica e altamente urbanizadas, cuja maior expressão são os espaços metropolitanos.

Em vista disto, poder-se-ia perguntar sobre a relevância da coleta de informações estatísticas pertinentes à agricultura de cunho metropolitano. Aponta-se que pelas tendências já detectadas e à semelhança dos países pós-industriais, tendo em vista a continuidade e o espraiamento do crescimento urbano industrial brasileiro, a agricultura

metropolitana tende a crescer e se fortalecer. Deverá tornar-se, cada vez mais, um importante setor de produção, gerando, mobilizando e promovendo circulação de elevados valores de renda, reforçando a interação rural-urbana e participando de uma nova organização espacial.

Estar atento a este processo justifica novos padrões de coleta de informações que possibilitem a investigação deste tipo de agricultura, praticamente desconhecida no país. Estaremos, também, atrelados às novas tendências da agricultura contemporânea e com elementos para tratarmos as transformações espaciais dentro de novos parâmetros da organização do espaço.

BIBLIOGRAFIA

BICALHO, A.M.S.M. 1992. Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro. In, Sociedade e Natureza no Rio de Janeiro, M.A. Abreu (ed.), pp. 285-316. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro.

BICALHO, A.M.S.M. e S.W. HOEFLE. 1989. Urban Capital and the Pseudo-Modernization of Agriculture in the Rural Hinterland of Northeast Brazil. In, 1989 Yearbook of the Conference of Latin American Geographers, R.B. Kent & V.R. Harnapp (eds.), pp. 35-49. Baton Rouge: Lousiana State University Press.

BRYANT, C.R., L.H. RUSSWURM & A.G. McLELLAN. 1982. The City's Countryside. London: Longman.

BRYANT, C.R. e T.R.R. JOHNSTON. 1992. Agriculture in the City's Countryside. London: Belhaven.

FIELDING, A.J. 1993. Counterurbanisation. In, Western Europe, D. Pinder (ed.), pp. 226-239. Chicester: Wiley.

FUGUITT, G.V., D.L. BROWN e C.L. BEALE. 1989. Rural and Small Town America. New York: Russell Sage.

GOODMAN, D. e M. REDCLIFT. 1985. Capitalism, Petty Commodity Production and the Farm Enterprise. Sociologia Ruralis 25: 231-247.

GUITHER, H.D. e H.G. HALCROW. 1988. The American Farm Crisis. Ann Arbor: Pierian.

ILBERY, B.W. 1993. The Challenge of Land Redunancy. In, Western Europe, D. Pinder (ed.), pp. 211-225. Chicester: Wiley.

LAWRENCE, H.W. 1988. Changes in Agricultural Production in Metropolitan Areas. Professional Geographer 40(2): 159-174.

LOUREIRO, M.R. Terra, Família e Capital. Petrópolis, Vozes, 1987.

MacLENNAN, C. e R. WALKER. 1980. Agribusiness in the United States. In, Agri- business in the Americas, R. Burbach and P. Flynn (eds.), pp. 20-40. New York: Monthly Review Press.

MUNTON, R.J.C. 1974. Farming on the Urban Fringe. In, Suburban Growth, J.H. Johnson (ed.), pp. 201-223. London: John Wiley.

-----. 1983. London's Green Belt. London: Allen & Unwin.

MUNTON, R.J.C., S.J. WHATMORE e T.K. MARSDEN. 1988. Reconsidering Urban-Fringe Agriculture. Transactions of the Institute of British Geographers 13(4): 324-336.

NAPTON, D. 1989. Contemporary Agriculture and Rural Land Use. In, Geography in America, G.L. Gaile e C.J. Willmott (eds.), pp. 333-350. Columbus, OH: Merrill Publishing.

PYLE, L.A. 1986. Sellers and Nonsellers of Land for New Rural Housing. Professional Geographer 38(4): 343-348.

ROBINSON, G.M. 1990. Conflict and Change in the Countryside. London: Belhaven.

SHAW, G. e A.M. WILLIAMS. 1993. Tourism and Develnpment. In, Western Europe, D. Pinder (ed.), pp. 240-257. Chicester: Wiley.

WOODRUFFE, B.J. 1993. Conservation and the Rural Landscape. In, Western Europe, D. Pinder (ed.), pp. 258-276. Chicester: Wiley.

WATERS, M. 1995. Globalization London: Routledge.